



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. Des. Itabira de Brito Filho

1ª Câmara Cível

Embargos de Declaração nº 0273553-3/02

Embargante : ALMAVI – LOCAÇÃO E LOGISTICA LTDA

Embargada : CAMAJU EMPREENDIMENTOS E SERVIÇOS LTDA E OUTRO

Relator: Des. ITABIRA DE BRITO FILHO

EMENTA

PROCESSO CIVIL- AGRAVO REGIMENTAL – EMBARGOS DE DECLARAÇÃO – REDISCUSSÃO DA MATÉRIA VEDADA EM SEDE DE EMBARGOS DE DECLARAÇÃO- ACOLHIMENTO PARCIAL DOS DECLARATÓRIOS PARA ALTERAÇÃO DE EMENTA CONFORME VOTO DO RELATOR - ACÓRDÃO REGULARMENTE LAVRADO – RECURSO DE EMBARGOS DE DECLARAÇÃO PARCIALMENTE ACOLHIDO – À UNANIMIDADE.

1. Autos detidamente analisados na primeira e segunda instâncias.
2. Vedada a rediscussão da matéria em sede de Embargos de Declaração.
3. Ementa lavrada equivocadamente, no seu item 06.
4. Onde constava expressão à unanimidade, assente-se por maioria.
5. Acórdão lavrado corretamente.
6. Embargos de Declaração acolhidos parcialmente, à unanimidade.

ACÓRDÃO

Vistos relatados e discutidos estes autos dos Embargos de Declaração n.0273553-3/02, Embargante ALMAVI – LOCAÇÃO E LOGISTICA LTDA e Embargados CAMAJU EMPREENDIMENTOS E SERVIÇOS LTDA E OUTRO, oriundo de decisão em Agravo Regimental 0273553-3/01, acordam os Exmos. Desembargadores que compõem a Primeira Câmara Cível do Tribunal de Justiça de Pernambuco, à unanimidade, ACOLHER PARCIALMENTE o Recurso, em conformidade com relatório, votos e das notas taquigráficas, anexos que passam a integrar o presente julgado.

Recife, 26-03-2013

Des. **ITABIRA DE BRITO FILHO**
Relator



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. Itabira de Brito Filho

1ª Câmara Cível

Embargos de Declaração nº 0273553-3/02

Embargante : ALMAVI – LOCAÇÃO E LOGÍSTICA LTDA

Embargada : CAMAJU EMPREENDIMENTOS E SERVIÇOS LTDA E OUTRO

Relator: Des. ITABIRA DE BRITO FILHO

RELATÓRIO:

ALMAVI – LOCAÇÃO E LOGÍSTICA LTDA interpôs os presentes Embargos de Declaração da decisão Colegiada, nos autos do Agravo Regimental n. 0273553-3/01, sob os fundamentos do Art. 535 do CPC, informando a existência no *Decisum* de pontos obscuros, contraditórios e omissos.

Esclarece no seu arrazoado que houve contradição na ementa do Acórdão, porquanto o julgamento ocorreu por maioria, o que de fato se verificou conforme às fls. 76 dos autos.

Sustenta que, não obstante ter havido maioria, no item 06 da ementa, de maneira equivocada, assentou-se que o Agravo Regimental teve seu provimento negado "à unanimidade".

Alerta que existe omissão no que tange à alegação de ausência de contraditório, da não aplicabilidade do acórdão como paradigma para a concessão de agravo de instrumento.

Insiste na omissão quanto à análise da boa-fé da Embargada quanto à impossibilidade de manejo de ação possessória. E entra na tentativa de rediscussão de toda a matéria julgada.

Por fim, pede o acolhimento dos presentes embargos para ver supridas as omissões apresentadas no acórdão.

É O RELATÓRIO

Recife, 26-03-2013

Des. Itabira de Brito Filho
Relator.



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. Des. Itabira de Brito Filho

1ª Câmara Cível

Embargos de Declaração nº 0273553-3/02

Embargante : ALMAVI – LOCAÇÃO E LOGISTICA LTDA

Embargada : CAMAJU EMPREENDIMENTOS E SERVIÇOS LTDA E OUTRO

Relator: Des. ITABIRA DE BRITO FILHO

VOTO

ALMAVI – LOCAÇÃO E LOGÍSTICA LTDA interpôs os presentes Embargos de Declaração da decisão Colegiada, nos autos do Agravo Regimental n. 0273553-3/01, sob os fundamentos do Art. 535 do CPC, informando a existência no *Decisum* de pontos obscuros, contraditórios e omissos.

Esclarece no seu arrazoado que houve contradição na ementa do Acórdão, porquanto o julgamento ocorreu por maioria, o que de fato se verificou conforme às fls. 76 dos autos.

Sustenta que, não obstante ter havido maioria, no item 06 da ementa, de maneira equivocada, assentou-se que o Agravo Regimental teve seu provimento negado "à unanimidade".

Alerta que existe omissão no que tange à alegação de ausência de contraditório, da não aplicabilidade do acórdão como paradigma para a concessão de agravo de instrumento.

Insiste na omissão quanto à análise da boa-fé da Embargada quanto à impossibilidade de manejo de ação possessória. E entra na tentativa de rediscussão de toda a matéria julgada.

Por fim pede o acolhimento dos presentes embargos para ver supridas as omissões apresentadas no acórdão.

Examinando a ementa, de plano detecto que houve um equívoco na lavratura. Realmente o julgamento se deu por maioria e não à unanimidade, conforme se instalou no item 6. da referida ementa. Entretanto, o acórdão foi lavrado perfeitamente.

Quanto aos outros reclamos, resta claro que a Embargante cuida tão somente de tentar rediscutir a matéria, o que é vedado neste recurso específico.

Com relação os pontos indicados, que estariam omissos ou contraditórios, todos foram largamente abordados por ocasião do julgamento, a ponto do mesmo ter se dado por maioria, o que depreende intenso debate.



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. Des. Itabira de Brito Filho

Não existiu, salvo o ponto já detectado, qualquer omissão ou equívoco capazes de dar sustentação ao acolhimento do pedido, na sua totalidade.

Por outro lado, a jurisprudência não permite a rediscussão da matéria julgada, nesta sede:

RELATOR : MINISTRO HERMAN BENJAMIN
EMBARGANTE : UNIÃO
EMBARGADO : MOACIR FARIAS E OUTROS
ADVOGADO : MIGUEL BRASIL CUNHA E OUTRO(S)
INTERES. : DEPARTAMENTO NACIONAL DE ESTRADAS DE RODAGEM - DNER

EMENTA

ADMINISTRATIVO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. ART. 535 DO CPC. VÍCIO INEXISTENTE. REDISCUSSÃO DA CONTROVÉRSIA. ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. REAJUSTE DE 28,86%. NÃO COMPROVAÇÃO DE TRANSAÇÃO ADMINISTRATIVA. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7/STJ.

1. Os Embargos de Declaração constituem recurso de contornos rígidos, destinado a promover a integração do *decisum* omissivo, obscuro ou contraditório. Não se prestam a rediscutir o mérito.
2. Conforme consignado na decisão agravada, verifica-se que acórdão recorrido concluiu pela inexistência, nos autos, de acordo administrativo apto a extinguir a demanda nos termos do art. 267, VI e III do CPC. Dessa forma, acatar a tese da agravante, de que houve transação no âmbito administrativo, inclusive homologada judicialmente, implica reexame do contexto fático-probatório dos autos, o que é vedado em Recurso Especial ante a Súmula 7/STJ. Ademais, a União não apresentou Embargos de Declaração na origem suscitando omissão no acórdão recorrido quanto à existência de acordo administrativo válido, vindo a manifestar tal questão apenas em Recurso Especial.
3. Verifica-se, portanto, que a controvérsia foi integralmente solucionada, com motivação suficiente e em consonância com o entendimento do STJ sobre a matéria, não se configurando omissão, contradição ou obscuridade no aresto embargado.
4. Embargos de Declaração rejeitados.

Posto isto, dou **provimento parcial** aos Embargos de Declaração, **ACOLHENDO** o recurso apenas para retificar a ementa, no seu item 06, onde se encontra a expressão "à unanimidade", que passará a ser "por maioria", mantendo-se o acórdão nos seus demais termos.

É COMO VOTO

Recife, 26-03-2013

Des. Itabira de Brito Filho.
 Relator